



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO

MANUAL DE AVALIAÇÃO INICIAL DE PROGRAMAS DE GOVERNO

Agosto 2013

GOVERNADOR

Jaques Wagner

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

José Sergio Gabrielli de Azevedo

CHEFIA DE GABINETE

Clóvis Caribé Menezes dos Santos

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E AVALIAÇÃO

Maria Lúcia Cunha de Carvalho

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO

Carmen Lúcia Castro Lima (até fev. 2012)

Thaiz Braga

DIRETORIA DE MONITORAMENTO

Maria Aparecida Fortes de Almeida Presídio

COORDENAÇÃO DE PESQUISA E AVALIAÇÃO

Thaiz Braga (até fev. 2012)

Rodrigo Cerqueira

ELABORAÇÃO TÉCNICA

Thaiz Braga

Consultoria Planus Consultores Associados Ltda.

Coord. Eugenio Lira e Maria das Graças Rua

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	03
2 OBJETIVO	08
3 METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DA AVALIAÇÃO INICIAL	09
3.1 MATRIZ DO MARCO LÓGICO	09
3.2- PESQUISA DE CAMPO	10
3.2.1 Amostra	10
3.2.2 Questionário	12
3.2.3 Grupo Focal	12
3.2.4 Entrevistas Coletivas	13
3.2.5 Devolução do Resultados	13
3.3 ETAPAS DO PROCESSO.....	16
REFERÊNCIAS	17
APÊNDICES	18

1 INTRODUÇÃO

Em 20 de novembro de 2012, a Instrução Normativa Número 002 da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), instituiu o processo de monitoramento e avaliação dos programas de governo do Plano Plurianual (PPA), no âmbito do Poder Executivo Estadual e normatizou seus procedimentos. Considerou os dispositivos legais que asseguram à Seplan sua competência para:

- Acompanhar a implementação das políticas e a execução de planos, programas, projetos e ações governamentais, bem como avaliar seus impactos econômicos e sociais no Estado;
- Estabelecer diretrizes, normatizar e coordenar tecnicamente as atividades de planejamento, programação orçamentária, acompanhamento e avaliação das ações governamentais, no âmbito da Administração Pública Estadual;
- Coordenar a definição de diretrizes e o desenvolvimento de metodologias, tecnologias e fluxos de informações para o monitoramento e avaliação dos planos plurianuais, programas e projetos governamentais;
- Expedir orientações técnicas aos integrantes do Sistema Estadual de Planejamento, em matéria de monitoramento, avaliação e gestão da informação de planos, programas, e projetos governamentais, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas e do gerenciamento estratégico do Estado;
- Coordenar a gestão dos instrumentos de monitoramento e avaliação dos planos plurianuais, programas e projetos governamentais;
- Sistematizar informações gerenciais referentes à execução dos programas e projetos governamentais, visando subsidiar as decisões referentes à programação de investimentos quanto a sua adequação em relação às diretrizes e prioridades de governo;
- Promoção de programas de capacitação de dirigentes e técnicos nas áreas de monitoramento e avaliação.

Os Artigos da Instrução Normativa dispõem que:

Art. 1º - Fica instituído o processo de monitoramento e avaliação dos programas do PPA, com o objetivo monitorar e avaliar permanentemente a execução das ações,

promovendo a melhoria dos resultados, transparência, qualidade da gestão pública e dos serviços prestados ao cidadão.

Art. 2º - O monitoramento e a avaliação dos programas do PPA são de responsabilidade da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia – Seplan, em parceria com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, sem prejuízo das ações de análise e monitoramento desenvolvidas pela Casa Civil sobre as ações e programas definidos como prioritários pelo Governador do Estado, conforme disposto do art 1º, inciso III, do Decreto 11.431/09.

Art. 3º - O processo de monitoramento prevê ciclos trimestrais obedecendo as seguintes etapas:

- I- Construção e pactuação dos Planos de Monitoramento;
- II- Coleta e análise de dados;
- III- Realização de reuniões de monitoramento;
- IV- Elaboração do plano de melhoria.

Art. 4º - O processo de avaliação obedece às seguintes etapas:

- I- Planejamento;
- II- Coleta e análise de dados;
- III- Elaboração de relatório preliminar;
- IV- Realização de reuniões para devolutivas;
- V- Elaboração de relatório final.

Art. 5º - São instrumentos do processo de monitoramento e avaliação:

- I- Planos de Monitoramentos;
- II- Sala de gestão;
- III- Planos de Melhoria;
- IV- Matriz do marco lógico;
- V- Pesquisas de campo;
- VI- Grupo focal;
- VII- Reunião devolutiva;
- VIII- Notas de monitoramento;
- IX- Relatórios de avaliação;

X- Sistema informacional oficial – Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia.

Art. 6º - Para o cumprimento do disposto no art. 1º desta instrução Normativa:

I- Compete à Seplan:

- a) Formular, coordenar e revisar o processo de monitoramento e avaliação dos programas de governo do Plano Plurianual;
- b) Orientar e prestar apoio técnico aos órgãos e entidade da Administração Pública Estadual quanto à operacionalização do processo de monitoramento e avaliação adotado;
- c) Sistematizar e analisar as informações resultantes do monitoramento e avaliação e dar-lhes publicidade;
- d) Contribuir para a construção de um diálogo constante com demais órgãos e entidades da Administração Pública Estadual estimando o desenvolvimento de parcerias.

II- Compete aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual:

- a) Alimentar nos prazos determinados o sistema informacional oficial – Fiplan;
- b) Disponibilizar dados e informações para a devida alimentação dos indicadores adotados em parceria com a Seplan e constantes dos planos de monitoramento dos programas, bem como outras informações e dados necessários à assistência de monitoramento e avaliação;
- c) Implementar os planos de melhoria de desempenho dos programas de governo, nos quais estejam envolvidos, resultantes de monitoramento e avaliação de programas;
- d) Manter um diálogo frequente e regular com a Seplan sobre o processo de Monitoramento e Avaliação;
- e) Revisar, em conjunto com a Seplan os indicativos e metas do processo de Monitoramento e Avaliação;
- f) Garantir a devida discussão e publicação das informações do processo de monitoramento e avaliação entre envolvidos nos programas.

Art. 7º - A Seplan estabelecerá calendários de treinamento e capacitação em monitoramento e avaliação para as equipes dos programas, bem como publicará por meio de resolução o Manual de Monitoramento e Avaliação de Programas de governo contendo instruções necessárias ao cumprimento deste ato.

A Instrução Normativa disciplina a aplicação da metodologia de Monitoramento e Avaliação dos programas de governo e instaura, no âmbito da administração pública do Estado da Bahia, um poderoso instrumento de gestão para o alcance dos objetivos e resultados propostos no Plano Plurianual.

Entretanto, mesmo antes de o processo de Monitoramento e Avaliação ser disciplinado na esfera da administração pública, a Superintendência de Gestão e Avaliação (SGA) iniciou uma avaliação do desenho e da operação inicial dos programas prioritários de governo constantes no PPA 2012-2015. O processo de avaliação dos programas de governo é parte componente do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege), configurando um dos seus subciclos, a saber: planejamento, orçamento, execução, monitoramento e avaliação¹.

Neste ciclo da gestão orientado para resultados, cumpre à avaliação o papel de colaborar para melhorar o desempenho e aumentar a transparência das políticas públicas, em execução no estado por meio dos programas dos PPAs.

O projeto de Avaliação Inicial proposto para o Governo do Estado da Bahia foi uma adaptação do Programa de Avaliação Executiva dos Projetos Estruturadores do Governo do Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2011), e permite fornecer aos governantes uma série de propostas de ajustes nos aspectos avaliados dos programas, ao mesmo tempo em que estabelece referência para a elaboração de programas de governo, com foco na estruturação de métodos e instrumentos que possibilitem a correta aferição dos resultados esperados. Esta avaliação é realizada a partir dos mesmos critérios para todos os programas, com finalidades bastante precisas:

¹ O ciclo do planejamento idealizado para o Sepege comporta as fases: 1) elaboração do PPA de forma participativa (devidamente baseado em um planejamento estratégico); 2) apreciação/aprovação na Assembleia Legislativa; 3) execução das políticas públicas e possíveis modificações orçamentárias; 4) Monitoramento e Avaliação das políticas implementadas; 5) Revisão e Retroalimentação.

(1) Investigar elementos da concepção e planejamento do programa, buscando respostas para as questões referentes à existência de um diagnóstico da situação problema; clareza do objetivo do programa; precisão dos compromissos, metas e entregas; qualidade dos indicadores selecionados e publicados no PPA; e grau de aderência em relação ao marco lógico desenhado, quando este existir;

(2) Analisar aspectos da gestão do programa, cujas dimensões estudadas são: modelo de gestão; definição clara de competências; existência de sobreposição entre as instituições; equipe *versus* competência instalada.

Destaca-se que na Avaliação Inicial os processos e instrumentos diagnósticos da Avaliação Executiva de Projetos foram customizados às necessidades do Governo do Estado da Bahia e não tem a pretensão de chegar a conclusões sobre os efeitos e os impactos destes programas nem estabelecer relações de causalidade entre o desempenho das ações e as mudanças nas condições dos seus beneficiários. Os principais usuários da Avaliação Inicial dos Programas de governo são: a Seplan, por atribuição regimental, especialmente a Superintendência de Gestão e Avaliação; a(s) secretaria(s) responsáveis pela execução do programa; e a Casa Civil do Governo, por sua atribuição regimental de articulação das políticas públicas.

2 OBJETIVO

O Objetivo deste manual é orientar os executores da Avaliação Inicial dos Programas de governo. Nele estão contidos os conceitos básicos, metodologia e instrumentos da avaliação. Trata-se de um documento em constante aperfeiçoamento na busca de incorporação das melhores práticas de gestão em utilização no âmbito da gestão pública no Brasil e no exterior.

Com sua aplicação, espera-se o aumento da eficiência da máquina pública, da eficácia das ações governamentais e da efetividade das políticas públicas.

3 METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DA AVALIAÇÃO INICIAL

No que tange à metodologia, foram utilizados os seguintes recursos: (1) elaboração de proposta de Matriz do Marco Lógico; (2) coleta de informações documentadas; (3) realização de Pesquisa de Campo, combinando abordagens e procedimentos quantitativo e qualitativo; e (4) coleta de informações a partir das reuniões de Devolutiva dos resultados da Avaliação Inicial.

3.1 MATRIZ DO MARCO LÓGICO

O Marco Lógico é uma metodologia utilizada para planejamento, monitoramento e avaliação dos programas, cujo principal produto é a Matriz do Marco Lógico (MML). Esta Matriz é composta de informações sobre Finalidade e Propósito do Programa, Resultados ou Produtos do Projeto, ou seja, na Avaliação Inicial, metas e compromissos dos Programas; e, por fim, as Atividades ou Entregas. Conforme literatura, para cada uma dessas categorias, elabora-se uma Descrição ou Resumo Narrativo, seus respectivos Indicadores e correspondentes Fontes/Meios de Verificação e os seus Pressupostos, Supostos ou Premissas.

Ademais, a elaboração de uma proposta de MML para o programa é importante para a criação de um padrão de estrutura para avaliação que poderá ser replicado para todo o PPA. Este exercício permite identificar as lacunas na lógica de concepção do programa e proporciona a comparabilidade com os demais. São resultados da MML:

- (1) A identificação dos objetivos do programa e verificação da “aderência” das propostas apresentadas para a consecução destes objetivos;
- (2) A análise dos indicadores propostos, sua adequação e/ou sua capacidade de refletir a ação prevista;
- (3) A identificação da existência de fontes de verificação, suas características e capacidade de atender as demandas dos gestores dos programas (abrangência geográfica, periodicidade, acessibilidade, custo);
- (4) A verificação das condições externas que influenciam o alcance dos objetivos propostos.

3.2 PESQUISA DE CAMPO

As técnicas da Pesquisa estão abaixo relacionadas:

- (1) Amostra, de tipo não probabilístico, de natureza intencional, definida segundo o critério de envolvimento com a formulação e a implementação do programa selecionado.
- (2) Questionário *on line*, que tem por objetivo coletar as percepções sobre o Programa, extraídas junto aos principais responsáveis pela elaboração/concepção e execução da ação da política pública;
- (3) Grupo focal, que permite a compreensão mais precisa do significado das respostas do questionário, bem como elucidar os pontos não esclarecidos pela análise quantitativa dos dados;
- (4) Entrevista Coletiva, realizada com os gestores da Seplan, traz elementos elucidativos quanto à elaboração do PPA e seus reflexos no Programa.
- (5) Devolução dos resultados, tem como principal característica a realização de diálogo entre os avaliadores e a equipe do programa que participou do processo de avaliação.

A pesquisa de campo combina abordagens e procedimentos quantitativos e qualitativos. As abordagens quantitativas, por definição, permitem aferir a magnitude e extensão dos fenômenos, sem, todavia, possibilitar a exploração do seu significado substantivo. Enquanto, as vantagens das técnicas qualitativas centram-se no seu maior poder explicativo dos fenômenos que estão sendo analisados, sem, contudo, possibilitar sondagens de maior escopo. A composição dessas duas abordagens torna possível explorar não apenas o comportamento das variáveis e identificar as relações existentes entre elas, mas também examinar os sentidos a elas atribuídos que as tornam significativas e capazes de orientar as ações dos atores.

3.2.1 Amostra

Dadas às características da Avaliação Inicial e buscando aproximação com a AEP, a amostra dos respondentes é não-probabilística, de natureza intencional, segundo o critério de envolvimento com a formulação e implementação de cada um dos programas selecionados.

O primeiro passo para seleção dos respondentes do questionário é estabelecer contato com as secretárias responsáveis pelos Programas. A interlocução com as secretarias se dá segundo critérios específicos:

- (1) Articulação com o Comitê Gestor do Programa, quando este existir;
- (2) Articulação com o Chefe de Gabinete para àqueles programas que uma única secretária é responsável pela sua execução;
- (3) Articulação com os superintendentes para àqueles programas que tenham mais de uma secretaria responsável por sua execução. São contados apenas os superintendentes que claramente estejam envolvidos com os compromissos do programa.

Estes interlocutores são responsáveis pela seleção e validação inicial da amostra. À Seplan cabe a elaboração e sugestão de lista preliminar de respondentes. Por fim, esta seleção será validada entre os representantes das secretarias responsáveis pela concepção, planejamento e execução do programa. Desta forma, será estabelecido o grupo de respondentes do questionário.

O Quadro 1 mostra os critérios utilizados para escolha intencional da amostra e definição de seu perfil.

Quadro 1 – Critérios de seleção da amostra

Variável	Critério de Seleção
Programa	Programa investigado conforme prioridade da Secretaria do Planejamento (Seplan)
Órgão/Entidade	Órgão/Entidade Responsável pelo Programa
Cargos dos respondentes/participantes	Subsecretário; Chefe de Gabinete; Superintendente; Diretor Geral; Diretor; Coordenador; Assessor ou Técnico.
Função atual no Programa de governo	Gestão; Acompanhamento ou Execução
Participação na formulação/reformulação do Programa de governo	Sim

Fonte: Seplan/SGA.

Este procedimento, claramente não probabilístico, possibilita focalizar o público alvo da pesquisa.

A segunda etapa do processo é a composição da subamostra ou grupo focal, cujos participantes devem apresentar perfis específicos, a saber:

- (1) Ser responsável pelos Compromissos do Programa, e/ou;
- (2) Ter trânsito no âmbito político-estratégico, e/ou;
- (3) Ter conhecimento sobre a execução orçamentária, e/ou;

- (4) Ter participado da construção do PPA, e/ou;
- (5) Ter conhecimento sobre a execução do programa.

Um conjunto de pessoas é selecionado pelas secretarias responsáveis pelos programas, com o intuito de aprofundar algumas das questões tratadas no questionário, por meio das “Oficinas de Grupo Focal”.

3.2.2 Questionário

O questionário tem por objetivo traduzir, a partir de perguntas específicas com respostas fechadas, o conhecimento de cada respondente sobre a concepção, o desenho, o planejamento e a execução inicial dos Programas de governo.

O instrumento de pesquisa é eletrônico e respondido pelo próprio investigado. São 38 questões apresentadas em quatro blocos: Bloco A – Identificação; Bloco B – Concepção; Bloco C – Planejamento; Bloco D – Gestão. Na primeira parte do questionário, busca-se identificar o perfil do respondente. Os blocos que se seguem são compostos de um total de 32 questões, que buscam identificar a clareza dos objetivos do programa de governo, bem como a precisão da sua concepção e elaboração. Investigaram-se ainda os elementos de planejamento presentes no programa e a adequada gestão das ações. O questionário utilizado para avaliação dos programas de governo compõe o Apêndice A deste Manual.

A aplicação do questionário deve ser precedida de um pré-teste para ajustamento da linguagem, número de questões e sua ordem de apresentação, bem como o tempo de resposta.

3.2.3 Grupo Focal

O recurso ao grupo focal permitirá a compreensão mais precisa do significado das respostas agregadas e a elucidação dos pontos não esclarecidos pela análise quantitativa dos dados.

A metodologia de grupo focal é uma técnica de investigação qualitativa largamente utilizada quando se procura obter uma informação em profundidade, de maneira ágil, pouco onerosa e com um volume significativo de informação. Consegue-se, a partir dos grupos focais, identificar as percepções sobre tendências e padrões de comportamentos dominantes.

Os indivíduos que participam de um grupo focal devem ser representativos da população interessada. Na Avaliação Inicial, os participantes do grupo focal são selecionados

entre os que responderam o questionário e que têm *status* funcional não assimétrico. O grupo deve ser composto por um mínimo de 6 respondentes e jamais exceder 12 deles.

A coleta de informações a partir do grupo focal deve ser realizada após a finalização da tabulação e análise dos dados gerados a partir do questionário. Além de contribuírem para a definição do roteiro de discussão no grupo focal, estes resultados orientam o moderador na estratégia de condução, a partir de um roteiro de discussão. Este roteiro (Apêndice B) é composto de questões divididas em blocos relativos à concepção, planejamento e gestão do Programa de governo.

3.2.4 Entrevistas Coletivas

Este instrumento de pesquisa é utilizado para analisar o desempenho da Seplan no processo de planejamento, construção e condução da elaboração do PPA, a exemplo do PPA 2012-2015. São elementos para a investigação:

- (1) Processo de elaboração de documento de planejamento de longo prazo norteador da construção do PPA;
- (2) Planejamento da elaboração do PPA;
- (3) Apropriação, disseminação e aplicação da nova metodologia do PPA;
- (4) Tratamento e consolidação das propostas oriundas dos territórios fruto da escuta social;
- (5) Mobilização dos atores envolvidos na elaboração do plano;
- (6) Proposição e disseminação das ferramentas de planejamento;
- (7) Elaboração do escopo, objetivos, cronograma, critérios de territorialização e definição de indicadores dos programas do PPA.

O roteiro das entrevistas coletivas está no Apêndice C deste Manual.

O método de análise das informações coletadas através das entrevistas coletivas é a Análise de Discurso, que possibilita revelar, a partir das expressões de relatos para os itens acima, os acertos e falhas da participação da Seplan na construção do PPA e seu papel na elaboração dos programas de governo.

3.2.5 Devolução dos Resultados

O processo de Avaliação Inicial é constituído por cinco etapas principais: planejamento; coleta de dados; análise, cujo produto é o Relatório Inicial; devolução; e finalização, com entrega do Relatório Final.

Figura 1- Etapas da Avaliação Inicial



Fonte: SGA/Seplan

Conforme a metodologia da AEP, após a coleta e análise de dados, a finalização do processo só se dará a partir da realização de diálogo entre os avaliadores e a equipe do programa que participou do processo de Avaliação Inicial. Neste momento são apresentados os principais resultados da avaliação, onde é imprescindível a utilização dos seguintes recursos:

1º. Exposição dialogada:

Objetivo: Contextualizar o processo de Avaliação Inicial de Programas de governo e apresentar a metodologia utilizada, conforme conteúdo abaixo:

- Processo de Monitoramento e Avaliação de Programas de governo no Estado da Bahia: cronograma (ações no tempo), estrutura, objetivos, benefícios;
- Processo de Avaliação Inicial: objetivos, referências, produtos, principais usuários, Programas avaliados, faseologia da avaliação, metodologia, instrumentos de pesquisa, cronograma; principais resultados da Avaliação Inicial: pontos fortes do Programa.

2º. Dinâmica de grupo:

Objetivo: Apresentar os principais resultados da Avaliação Inicial do Programa de governo e elaborar Proposta de Ação para mitigar os problemas segundo ordem de priorização estabelecida pelos órgãos/entidades executores do Programa.

- Apresentar os pontos fracos e Propostas de Melhoria para estes pontos;
- Validar os pontos fracos apresentados e eleger novos, caso seja solicitado;

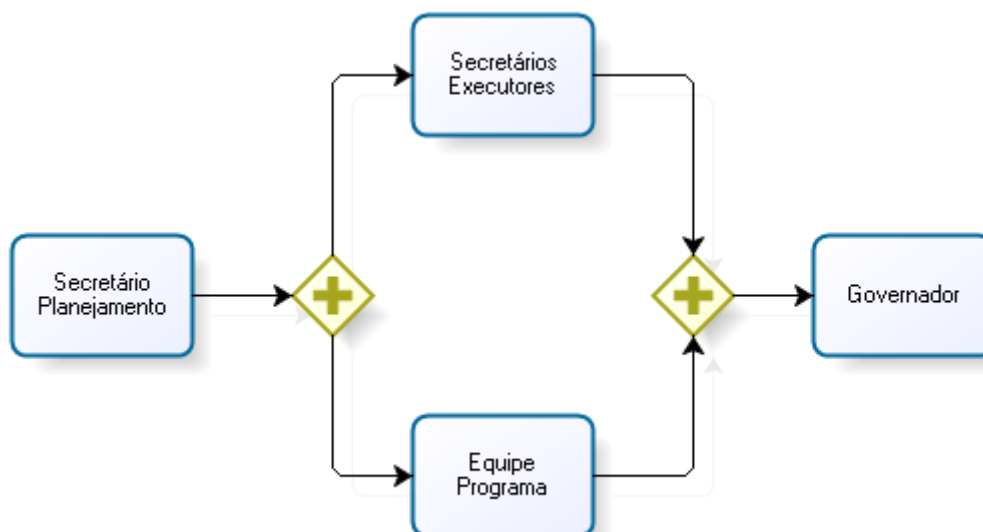
- Eleger a ordem de prioridade de resolução dos pontos fracos;
- Elaborar Proposta de Ação (atividade, responsáveis, prazo) para mitigação dos problemas relacionados aos pontos fracos priorizados.

Participam da reunião de devolução dos resultados os respondentes do Questionário *on-line* e integrantes do Grupo Focal, assim como demais atores elencados pelos órgãos/entidades envolvidos com o Programa.

Nesta etapa os executores do Programa terão a oportunidade de conhecer, validar e/ou contestar os resultados da Avaliação junto aos avaliadores. Por fim, são analisadas as considerações apresentadas pela equipe do programa na etapa de devolução e encaminhada a versão final do relatório com a inclusão das contribuições pertinentes. Desta forma, a etapa de devolução é fundamental para a finalização do processo de Avaliação Inicial dos Programas de governo.

Com vistas a traduzir a metodologia da AEP para as necessidades da Seplan foram propostas as seguintes etapas para a devolução dos resultados e finalização da Avaliação Inicial:

- (1) Validação do Relatório Inicial: Secretário do Planejamento;
- (2) Encontro Secretário do Planejamento e Secretários executores do Programa;
- (3) Dialogo com Equipe do Programa e avaliadores;
- (4) Apresentação para Governador/Casa Civil.



Deve-se destacar que até que cada uma destas etapas sejam cumpridas o processo de Avaliação Inicial não está finalizado e, portanto, seus resultados parciais não deverão ser divulgados.

O detalhamento das etapas do processo estão descritas nos Apêndices D, E e F deste Manual.

3.3 PRODUTOS ESPERADOS

- (1) Manual de Avaliação Inicial dos Programas de governo;
- (2) Matriz do Marco Lógico dos Programas de governo;
- (3) Relatório de Análise Quantitativa das entrevistas (Questionário Fechado) sobre a concepção/elaboração, planejamento e parte da execução dos Programas de governo;
- (4) Relatório de Análise Qualitativa das informações do Grupo Focal sobre a concepção/elaboração, planejamento e gestão dos Programas de governo;
- (5) Relatório de Análise Qualitativa das informações das Entrevistas Coletivas sobre o desempenho da Seplan no processo de planejamento, construção e condução da elaboração do PPA, considerando as características dos Programas de governo;
- (6) Sumário Executivo;
- (7) Plano de Melhoria e Proposta de Ação
- (8) Relatório Final de Avaliação Inicial para cada Programa de governo (O Sumário deste relatório compõe o Apêndice G deste Manual);
- (9) Relatório Consolidado de Avaliação Inicial dos Programas de governo.

REFERÊNCIAS

MINAS GERAIS. **Manual da Avaliação Executiva dos Projetos Estruturadores - 2011**, Governo do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

RUA, M.G. **Metodologia de monitoramento e avaliação de programas de governo**. Apostila elaborada para a capacitação dos técnicos para o Programa de Monitoramento e Avaliação dos Programas de governo do Estado da Bahia. Salvador, 2011.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA (SALVADOR). Instrução Normativa nº 002, de 20 de novembro de 2012. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Salvador, 20 de novembro de 2012.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO INICIAL DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

O Questionário para Avaliação dos Programas de governos possui 38 questões distribuídas em 4 blocos:

BLOCO A – IDENTIFICAÇÃO

QUESTÃO 1- Cargo:

- (.....) Assessor
- (.....) Chefe de Gabinete
- (.....) Coordenador
- (.....) Coordenador Técnico
- (.....) Diretor
- (.....) Diretor Geral
- (.....) Gerente
- (.....) Presidente (Diretor Presidente)
- (.....) Secretário
- (.....) Subcoordenador
- (.....) Subsecretário
- (.....) Superintendente
- (.....) Técnico
- (.....) Outro, favor especificar

QUESTÃO 2- Tipo de vínculo com o Órgão/Entidade:

- (.....) Efetivo (Estatutário, CLT)
- (.....) Temporário (Comissionado, Função Gratificada, REDA)

QUESTÃO 3- Secretaria:

(.....) SEINFRA

(.....) SEINP

(.....) SICM

(.....) SEPLAN

(.....) SESAB

(.....) SEC

(.....) SEDUR

(.....) SAEB

(.....) ...

QUESTÃO 4- Unidade de Atuação: _____

QUESTÃO 5- Principal função no PROGRAMA (atualmente):

(.....) Gestão

(.....) Acompanhamento

(.....) Execução

QUESTÃO 6- Participou da formulação/reformulação do PROGRAMA durante a elaboração do PPA 2012-2015?

() Sim

(.....) Não

BLOCO B – CONCEPÇÃO

QUESTÃO 7- Qual o PRINCIPAL FATOR que deu origem ao PROGRAMA?

Responda com o grau de conhecimento que dispõe hoje.

- () Estudo diagnóstico
- (.....) Demandas sociais (PPA-P, Conselhos, Conferências)
- (.....) Oportunidade
- (.....) Resposta à crise
- (.....) Contexto nacional ou internacional

QUESTÃO 8- Qual o grau do seu conhecimento do OBJETIVO GERAL do PROGRAMA?

- (.....) Total
- (.....) Quase total
- (.....) Quase nenhum
- (.....) Nenhum

QUESTÃO 9- O objetivo do PROGRAMA expressa mais fortemente:

- (.....) Situação-problema
- (.....) Oportunidade
- (.....) Demanda Social
- (.....) Situação-problema + Oportunidade
- (.....) Situação-problema + Demanda social
- (.....) Oportunidade + Demanda social
- (.....) Nenhum desses

QUESTÃO 10- Você tem CLAREZA sobre os resultados esperados do PROGRAMA?

- (.....) Sim
- (.....) Não
- (.....) Não tenho certeza

QUESTÃO 11- Foram consideradas as diferenças territoriais para estabelecimento das metas do PROGRAMA?

- (.....) Sim
- (.....) Não
- (.....) Não sei

QUESTÃO 12- No desenho/concepção, existe coerência e encadeamento lógico entre ementa, enfoques estratégicos, compromissos e entregas do PROGRAMA?

- (.....) Total
- (.....) Quase total
- (.....) Quase nenhum
- (.....) Nenhum

QUESTÃO 13- O escopo do PROGRAMA está desdobrado em ações orçamentárias e entregas CONSISTENTES para permitir o alcance do objetivo geral do PROGRAMA?

- (.....) Sim
- (.....) Não
- (.....) Não sei

QUESTÃO 14- Em relação a outras iniciativas em curso no Estado (federal, estadual, municipal ou privada), o PROGRAMA é:

- (.....) Complementar
- (.....) Duplicado
- (.....) Contraditório
- (.....) Não há relação
- (.....) Não sei

BLOCO C – PLANEJAMENTO

QUESTÃO 15- Foi utilizada alguma ferramenta de planejamento para formulação do PROGRAMA?

- (.....) Marco Lógico
- (.....) Planejamento Estratégico Situacional (PES)
- (.....) Novo PPA
- (.....) *Balanced Scorecard* (BSC)
- (.....) Nenhuma
- (.....) Não sei

QUESTÃO 16- Existe alinhamento entre o PROGRAMA e a estratégia de Governo em médio e longo prazo?

- (.....) Total
- (.....) Quase total
- (.....) Quase nenhum
- (.....) Nenhum

QUESTÃO 17- As ações previstas para o PROGRAMA possuem aderência com o Plano Estratégico do Órgão/Entidade?

- (.....) Total
- (.....) Quase total
- (.....) Quase nenhuma
- (.....) Nenhuma
- (.....) Não existe Plano Estratégico no Órgão/Entidade

QUESTÃO 18- Foram previstas as condições externas (riscos) que podem influenciar o alcance dos resultados esperados?

- (.....) Sim
- (.....) Sim, algumas
- (.....) Não
- (.....) Não sei

QUESTÃO 19- São claros os critérios para alocação dos recursos financeiros necessários ao PROGRAMA?

- (.....) Sim
- (.....) Não
- (.....) Não sei

QUESTÃO 20- O público-alvo do PROGRAMA é claramente identificável?

- (.....) Sim
- (.....) Não
- (.....) Para este PROGRAMA não se aplica público-alvo
- (.....) Não sei

QUESTÃO 21- Os recursos (financeiros, humanos, materiais e tecnológicos) para a resolução da SITUAÇÃO-PROBLEMA, OPORTUNIDADE e/ou DEMANDA SOCIAL que deu origem ao PROGRAMA são suficientes?

- (.....) Completamente
- (.....) Quase completamente
- (.....) Precariamente
- (.....) Insuficientes
- (.....) Não sei

QUESTÃO 22- Os recursos (financeiros, humanos, materiais e tecnológicos) alocados ao PROGRAMA para o atingimento das METAS DOS COMPROMISSOS são suficientes?

- (.....) Completamente
- (.....) Quase completamente
- (.....) Precariamente
- (.....) Insuficientes
- (.....) Não sei

QUESTÃO 23- Como você avalia a ESTRUTURA do Órgão/Entidade frente às necessidades para realização dos COMPROMISSOS sob sua responsabilidade?

- (.....) Ótima
- (.....) Boa
- (.....) Ruim
- (.....) Péssima

QUESTÃO 24- As responsabilidades das UNIDADES EXECUTORAS do PROGRAMA foram/estão claramente identificadas e definidas?

- (.....) Sim
- (.....) Não
- (.....) Não sei

QUESTÃO 25- Qual o grau de eficácia dos procedimentos de comunicação intragovernamental adotados no PROGRAMA?

- (.....) Alto
- (.....) Baixo
- (.....) Muito Baixo
- (.....) Nenhum
- (.....) Não sei

QUESTÃO 26- As EQUIPES DE TRABALHO do PROGRAMA foram/estão alocadas conforme competências previamente definidas?

- (.....) Sim
- (.....) Sim, em parte
- (.....) Não
- (.....) Não sei

QUESTÃO 27- O PROGRAMA prevê a participação de atores externos ao governo estadual (governamentais e não-governamentais) na sua execução?

- (.....) Sim, governamentais
- (.....) Sim, não-governamentais
- (.....) Sim, ambos
- (.....) Não
- (.....) Não sei

BLOCO D – GESTÃO

QUESTÃO 28- Existe alinhamento entre o PROGRAMA planejado no PPA 2012-2015 e as atividades de execução?

- (.....) Total
- (.....) Quase total
- (.....) Quase nenhum
- (.....) Nenhum

QUESTÃO 29- Como você classifica as relações de complementaridade/interdependência entre os compromissos na implementação do PROGRAMA?

- (.....) Alta
- (.....) Baixa
- (.....) Muito Baixa
- (.....) Nenhuma

QUESTÃO 30- Existe uma instância de gestão específica para o PROGRAMA?

(Considerar instância qualquer forma de arranjo institucional de tomada de decisão.)

- (.....) Sim
- (.....) Não
- (.....) Não sei

QUESTÃO 31- Os indicadores do PROGRAMA publicados no PPA 2012-2015 permitem aferir os resultados do PROGRAMA?

- (.....) Sim, todos
- (.....) Sim, alguns
- (.....) Não
- (.....) Não sei

QUESTÃO 32- Os indicadores de MONITORAMENTO do PROGRAMA são:

- (.....) Precisos
- (.....) Viáveis
- (.....) Suficientes
- (.....) Precisos+Viáveis
- (.....) Viáveis+Suficientes
- (.....) Nenhuma das alternativas anteriores
- (.....) Não existem
- (.....) Não sei

QUESTÃO 33- Existem procedimentos específicos na Secretaria/Órgão para ACOMPANHAMENTO das atividades do PROGRAMA?

- (.....) Sim
- (.....) Não
- (.....) Não sei

QUESTÃO 34- O cronograma do PROGRAMA é detalhado de maneira que os prazos e a descrição de suas ações permitam o seu MONITORAMENTO?

- (.....) Sim
- (.....) Não
- (.....) Não há cronograma
- (.....) Não sei

QUESTÃO 35- O PROGRAMA possui um acompanhamento orçamentário e financeiro ESPECÍFICO?

- (.....) Sim
- (.....) Não
- (.....) Não sei

QUESTÃO 36- O PROGRAMA possui mecanismos para tornar públicas as informações sobre sua execução e resultados?

- (.....) Sim, para o público externo e interno
- (.....) Sim, apenas para o público interno
- (.....) Não
- (.....) Não sei

QUESTÃO 37- Qual o mecanismo mais utilizado?

- (.....) Diário Oficial
- (.....) Boletim Interno
- (.....) Publicações da SECOM
- (.....) *Website* Oficial
- (.....) Outro
- (.....) Não sei

QUESTÃO 38- Quais os mecanismos de controle social utilizados na execução do PROGRAMA?

- (.....) Conselhos
- (.....) Comitês Territoriais
- (.....) Outros mecanismos associativos
- (.....) Ouvidorias
- (.....) Controladorias
- (.....) Mais de um mecanismo
- (.....) Nenhum
- (.....) Não sei

APÊNDICE B– ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL

1- ORIENTAÇÕES PRELIMINARES:

Grupo Focal:

- Vantagem do Grupo Focal – sinergia
- Mais importante é o processo
- Não é um grupo de consenso, é um grupo de discussão.

Amostra:

- Importante não misturar posições hierárquicas;
- Não misturar chefes e subordinados (pai x filho, professor x aluno, etc);
- Até 12 participantes.

Regras do jogo:

- Princípio da confidencialidade (“não são secretas, mas são confidenciais”)/ (“o que é dito aqui, morre aqui”);
- Não interrupção (“nem para café nem para fotos);
- Celulares desligados.

Outras orientações:

- Ao se observar que as respostas já são suficientes, emendar próxima pergunta;
- Sintetizar respostas para avançar.

Na página seguinte apresenta-se o roteiro a ser aplicado.

ROTEIRO PARA MODERAÇÃO DO GRUPO FOCAL

Programa nnn – {nome do Programa}

A - IDENTIFICAÇÃO

Secretaria	Quantidade
{nome da secretaria}	Nn
{nome da secretaria}	Nn
{nome da secretaria}	Nn

B – CONCEPÇÃO

Questão 1 - Qual a ORIGEM do PROGRAMA?

Considerações Para Grupo Focal: Atividades realizadas de PPA's anteriores; Oportunidades: Eventos específicos; Disponibilização de recursos; Contexto nacional ou internacional: agenda nacional e internacional; Resposta à crise: política, econômica, ambiental (enchentes, secas...)

Verificação: Existência de Estudo Diagnóstico

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 2 - Qual o objetivo geral do PROGRAMA?

Ementa do Programa: Proporcionar a infraestrutura necessária para assegurar a mobilidade e acessibilidade nos principais centros urbanos baianos

Questão 3 - Você tem clareza sobre os resultados esperados do PROGRAMA?

Verificação: quais os resultados esperados pelos participantes e em qual documento são expressos?

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 4 – Na sua avaliação, as metas estabelecidas poderão ser cumpridas?

Considerações Para Grupo Focal: Disponibilidade de recursos; Critérios políticos; Critérios técnicos; Resultados anteriores; Não houve fatores.

Verificação: Os fatores que possam ter sido considerados no estabelecimento das metas e os motivos pelos quais serão ou não alcançadas

Questão 5 - As metas foram territorializadas? Quais critérios utilizados para a definição das metas e alocação dos recursos por território?

Considerações Para Grupo Focal: Disponibilidade de recursos; Critérios políticos (inclusive pressão política da sociedade civil organizada); Critérios técnicos; Resultados anteriores; Política territorial; Densidade populacional; Dinâmica econômica do território; Política territorial; Outros critérios técnicos; Necessidade do recurso; Critério político (inclusive pressão política da sociedade civil organizada); Não houve fatores.

Verificação:

- 1) Relação existente entre metas, compromissos, entregas e atingimento do objetivo geral;
- 2) Percentual de resposta “Não Sei”

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 6 - Foram incorporadas ao PROGRAMA sugestões dos atores que seriam afetados pela política? Se sim, quais mecanismos utilizados para a identificação destas sugestões?

Considerações Para Grupo Focal: PPA-P, Fóruns, Conselhos, Pensar Bahia, etc.

Verificação: Como se dá a interlocução com os diversos atores?

Questão 7 - No desenho/concepção, existe coerência e encadeamento lógico entre ementa, enfoques estratégicos, compromissos e entregas do PROGRAMA?

Verificação:

- 1) Onde estão os principais gargalos, tentar identificá-los. Relação entre entrega e ação orçamentária? Relação entre ementa e enfoque estratégico? Relação entre metas e entregas? Relação entre metas e compromisso?
- 2) As respostas que aparecem no Grupo Focal estão levando em consideração as mudanças sugeridas ao PPA 2012-2015 (Programa em execução)?

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 8 - O escopo do PROGRAMA está desdobrado em ações orçamentárias e entregas CONSISTENTES para permitir o alcance do objetivo geral do PROGRAMA?

Verificação:

- 1) Relação entre ações orçamentárias e entregas. (Ações orçamentárias: consultar Matriz Programática e DRM);
- 2) Percentual de resposta “Não Sei”

{apresentação do gráfico correspondente}

C – PLANEJAMENTO

Questão 9 - Foi utilizada alguma ferramenta de planejamento para formulação do PROGRAMA?

Verificação:

- 1) Como se deu o processo e em que momento as várias ferramentas foram utilizadas na elaboração do programa;
- 2) Percentual de resposta “Não Sei”

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 10 – Em que medida você conhece a estratégia de Governo de médio e longo prazo?

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 11 - As ações previstas para o PROGRAMA possuem aderência com o Plano Estratégico (PE) do Órgão/Entidade?

Comparação: Objetivo geral do Programa e compromissos com o Plano Estratégico ou outro instrumento de Planejamento da Secretaria.

Verificação: Resposta “Não existe” (Inferência: Muitas instituições?)

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 12 - Foram previstas as condições externas (riscos) que podem influenciar o alcance dos resultados esperados?

Investigação: Quais condições, de que maneira exercem influência e a possibilidade de serem acompanhadas por indicador(es).

Identificação dos indicador(es).

Pressupostos da Matriz do Marco Lógico do Programa:

- 1- Compromissos Municipais: As prefeituras devem se dispor a integrar o Sistema Nacional de Trânsito (SNT);
- 2- Compromissos Municipais: As prefeituras devem garantir as contrapartidas para implantação das soluções;
- 3- Compromissos Municipais: As prefeituras devem mobilizar, no tempo necessário, os recursos para realização das ações sob sua responsabilidade.

Verificação: Percentual da resposta “Não Sei”

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 13 - São claros os critérios para alocação dos recursos financeiros necessários ao PROGRAMA?

Considerações Para Grupo Focal: Critérios políticos (inclusive pressão política da sociedade civil organizada); Critérios técnicos; Política territorial; Plano de Contingenciamento.

Verificação: Percentual da resposta “Não Sei”

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 14 - Os recursos (financeiros, humanos, materiais e tecnológicos) para a resolução da SITUAÇÃO-PROBLEMA, OPORTUNIDADE e/ou DEMANDA SOCIAL que deu origem ao PROGRAMA são suficientes?

Destaque: Quais recursos atendem menos as necessidades do Órgão/Entidade e quais as razões.

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 15 - Os recursos (financeiros, humanos, materiais e tecnológicos) alocados ao PROGRAMA para o atingimento das METAS DOS COMPROMISSOS são suficientes?

Destaque: Quais recursos atendem menos as necessidades do Órgão/Entidade e quais as razões.

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 16 - Como você avalia a estrutura do Órgão/Entidade frente às necessidades para realização dos COMPROMISSOS sob sua responsabilidade?

Destaque: A estrutura frente os recursos; financeiros, humanos, materiais e tecnológicos.

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 17 - As responsabilidades das UNIDADES EXECUTORAS do PROGRAMA foram/estão claramente identificadas e definidas?

Verificação: Instrumentos/fontes de identificação das unidades.

Identificação: Critérios de definição das entidades.

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 18 - Qual o grau de eficácia dos procedimentos de comunicação intragovernamental adotados no PROGRAMA?

Investigação: Quais são os meios de comunicação?

Verificação: se a comunicação é correta, completa e tempestiva.

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 19 – Quais os mecanismos utilizados para tornar públicas as informações sobre sua execução e resultados?

Verificação: Percentual da resposta “Outros Mecanismos” (2º gráfico)

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 20 - As EQUIPES DE TRABALHO do PROGRAMA foram/estão alocadas conforme competências previamente definidas?

Verificação: Foi realizado levantamento das competências necessárias ao Programa? Em que momento? Quais os critérios para alocação com base nessas competências? Quais outros critérios para definição das equipes? Qual o nível de rotatividade (mudanças periódicas?) das equipes?

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 21 – A participação de atores não-governamentais na execução do PROGRAMA compromete as metas estabelecidas para o mesmo?

Verificação: Quem são os atores externos?

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 22 – Os indicadores do PROGRAMA publicados no PPA 2012-2015 permitem aferir os resultados do PROGRAMA?

Verificação: Viabilidade *versus* Disponibilidade dos Indicadores

{apresentação do gráfico correspondente}

D – GESTÃO

Questão 23 - Existe alinhamento entre o PROGRAMA planejado no PPA 2012-2015 e as atividades de execução?

Pesquisa: Onde estão os principais gargalos? Tentar identificá-los. Considerar: mudanças de metas, compromissos e entregas *versus* reatamento nas ações orçamentárias.

Identificação: Fatores determinantes das mudanças e seus impactos no Programa.

Verificação: Caso Metrô

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 24 - Existe uma instância de gestão específica para o PROGRAMA?

Consideração Para Grupo Focal: instância qualquer forma de arranjo institucional de tomada de decisão.

Verificação:

- 1) Percentual da resposta “Sim”
- 2) Existência de Comitê Gestor ou outra instância específica

{apresentação do gráfico correspondente}



Questão 25 - Se sim, como funciona essa instância de gestão?

Investigação: Como funciona essa instância de gestão? Se unitária ou colegiado. Qual a composição do colegiado? Colegiado consultivo ou deliberativo? Possui suporte administrativo e assessoria técnica? Quais as regras de tomadas de decisão, periodicidade de reuniões, etc.?

Questão 26 - Você percebe a existência de complementaridade e/ou interdependência entre os compromissos na implementação do PROGRAMA?

Comparação: os compromissos tomando o cuidado de identificar a Secretaria.

Verificação:

- 1) Diferenças de respostas de Secretaria a Secretaria;
- 2) Percentual de resposta “Nenhuma”

{apresentação do gráfico correspondente}

Questão 27 – Se vocês fossem fazer uma sugestão para o aperfeiçoamento deste PROGRAMA, qual seria a proposta mais importante?

APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COLETIVA

Este instrumento de pesquisa é utilizado para analisar o desempenho da Seplan no processo de planejamento, construção e condução da elaboração do PPA 2012-2015. São elementos para a investigação: (1) Processo de elaboração de documento de planejamento de longo prazo (Bahia 2023) norteador da construção do PPA 2012-2015; (2) Planejamento da elaboração do PPA; (3) Apropriação, disseminação e aplicação da nova metodologia do PPA; (4) Tratamento e consolidação das propostas oriundas dos territórios fruto da escuta social; (5) Mobilização dos atores envolvidos na elaboração do plano; (6) Proposição e disseminação das ferramentas de planejamento; (7) Elaboração do escopo, objetivos, cronograma, critérios de territorialização, e definição de indicadores dos programas do PPA 2012-2015.

1. Planejamento de longo prazo (Bahia 2023) como norteador da construção do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015

- (1) Como se deu a incorporação das diretrizes do documento de planejamento de longo prazo e do plano de governo durante a elaboração do PPA pela SEPLAN e pelas Setoriais?
- (2) Qual a lógica, instrumento ou sistemática decisória que define as prioridades das políticas públicas de governo? Como essas prioridades se expressam no PPA?
- (3) Em que medida os Enfoques Estratégicos, definidos no planejamento de longo prazo, ainda são considerados na agenda do Governo?

2. Planejamento da elaboração do PPA

- (4) O cronograma para elaboração do PPA foi suficientemente detalhado e cumprido de acordo com a estimativa de tempo prevista para as atividades?
- (5) Foram identificados riscos ao processo de elaboração do PPA 2012-15 (qualidade, prazos)? As ações de mitigação foram suficientes para lidar com esses riscos?
- (6) Houve apoio ou suporte de consultoria externa na elaboração do PPA (de qual natureza e com qual finalidade/atribuição)?

3. Apropriação, disseminação e aplicação da nova metodologia do PPA

- (7) De que forma se deu a incorporação da nova metodologia do PPA, utilizada pelo Governo Federal, na SEPLAN?
- (8) Como se deu e como você avalia a capacitação dos servidores da Secretaria do Planejamento (Seplan) para apropriação da nova metodologia do PPA? E para as demais secretarias?
- (9) Os atores das secretarias, envolvidos na elaboração do PPA, assimilaram e aplicaram adequadamente a nova metodologia?
- (10) Quais os pontos positivos e negativos da nova metodologia?

4. Mobilização dos atores envolvidos na elaboração do plano

- (11) Qual o papel de cada setor/superintendência da Seplan na elaboração do PPA 2012-2015?
- (12) Como as equipes de trabalho foram organizadas para a elaboração do PPA? Quais as atividades de cada grupo de trabalho?
- (13) Como se deu a participação dos líderes no processo de elaboração do PPA?

5. Tratamento e consolidação das propostas oriundas da escuta social e do planejamento territorial

- (14) Como se deu o processo de escuta social na elaboração do PPA?
- (15) Em que medida as demandas da escuta social foram incorporadas (abrangência, tempestividade, etc.) no PPA?
- (16) De que forma se dá o planejamento do Estado para os territórios e em que medida foi incorporado no PPA?

6. Elaboração dos programas do PPA 2012-2015

- (17) A metodologia do PPA prevê algum instrumento de planejamento que preceda e apóie a estruturação dos programas que comporão o Plano Plurianual?
- (18) Como se deu a participação da Seplan no planejamento do escopo dos Programas?
- (19) Como você avalia a assistência técnica dada pela SEPLAN às secretarias na elaboração dos componentes do PPA?
- (20) Como a Seplan articulou a relação de complementaridade entre os Programas do PPA?

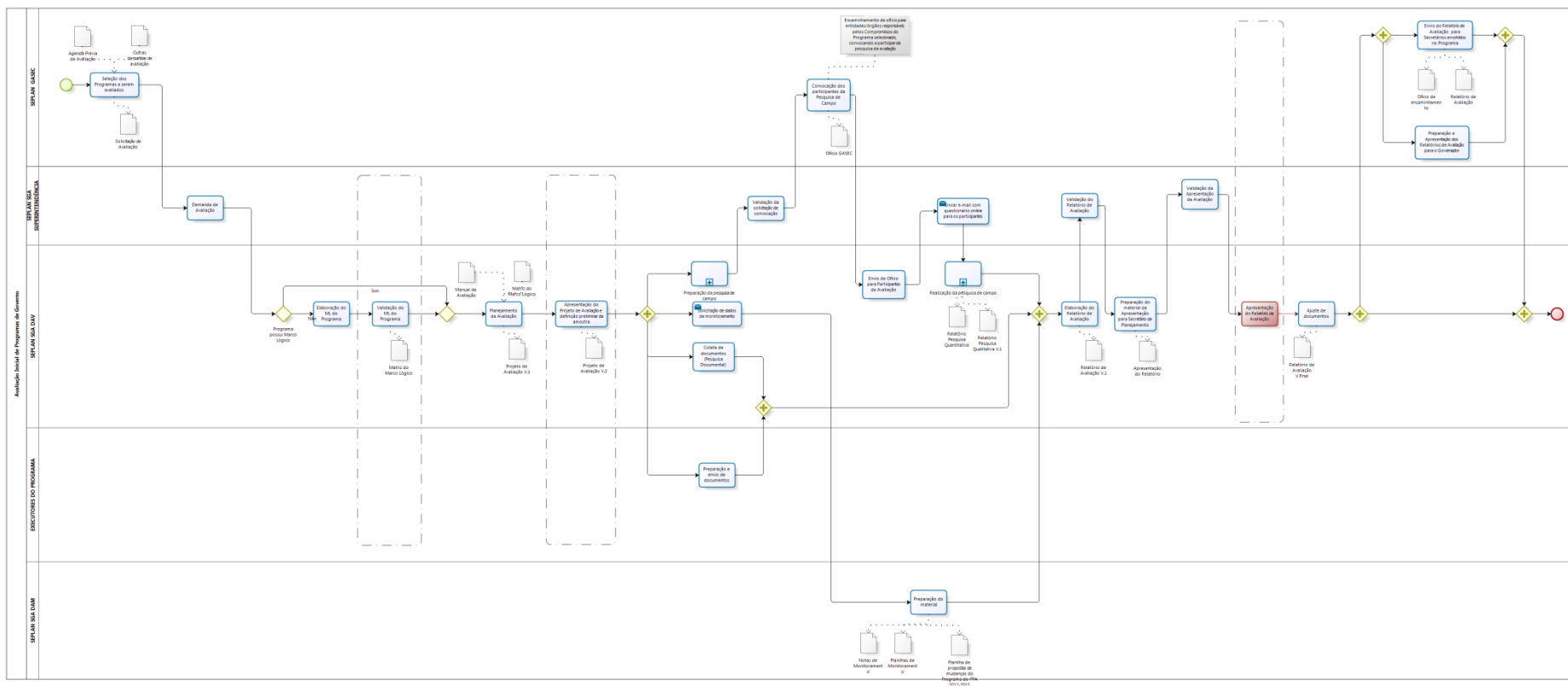
7. Gestão, monitoramento e avaliação do PPA 2012-2015

- (21) A metodologia utilizada proporcionou instrumentos que permitem o monitoramento e a avaliação do PPA e seus programas?
- (22) Foi previsto algum sistema de coordenação entre as Secretarias envolvidas no planejamento do Estado, dada a transversalidade dos programas?
- (23) Qual o papel das superintendências da SEPLAN na proposição/elaboração dos Indicadores dos Programas?
- (24) Os indicadores do PPA 2012-2015 são consistentes e adequados para o seu efetivo monitoramento e/ou avaliação?

Na sua opinião qual a principal finalidade do PPA?

APÊNDICE D – FLUXO GERAL DA AVALIAÇÃO INICIAL DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Figura 1- Fluxo geral da avaliação inicial dos programas de governo

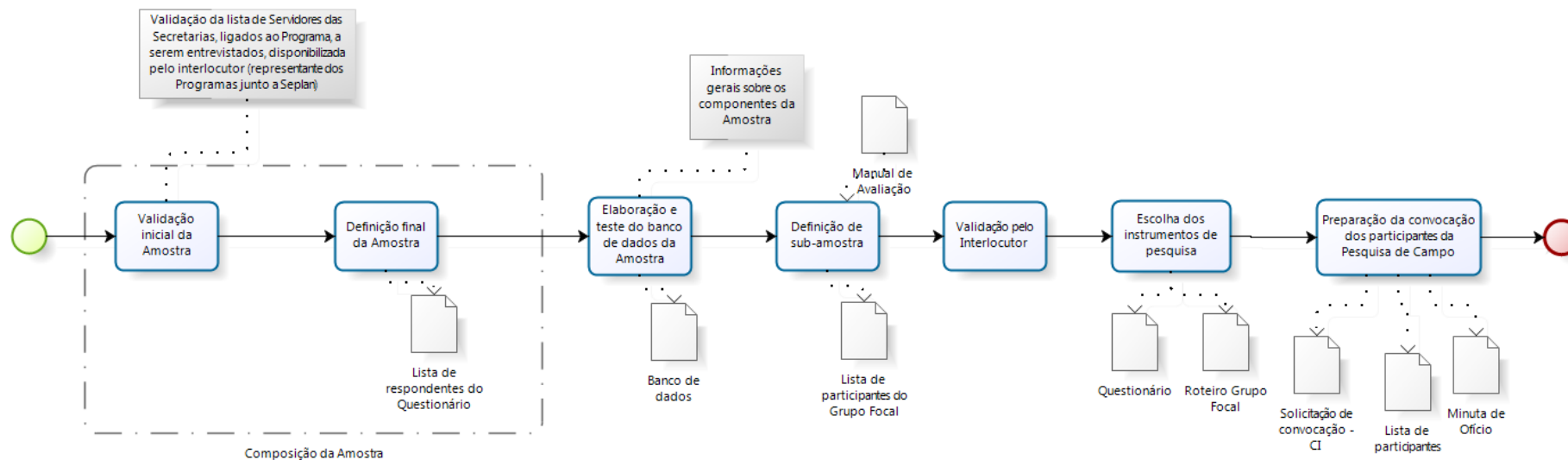


Fonte- Seplan (2012)

{Montar em papel A3 ou 2 x A4}

APÊNDICE E – FLUXO DE PREPARAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

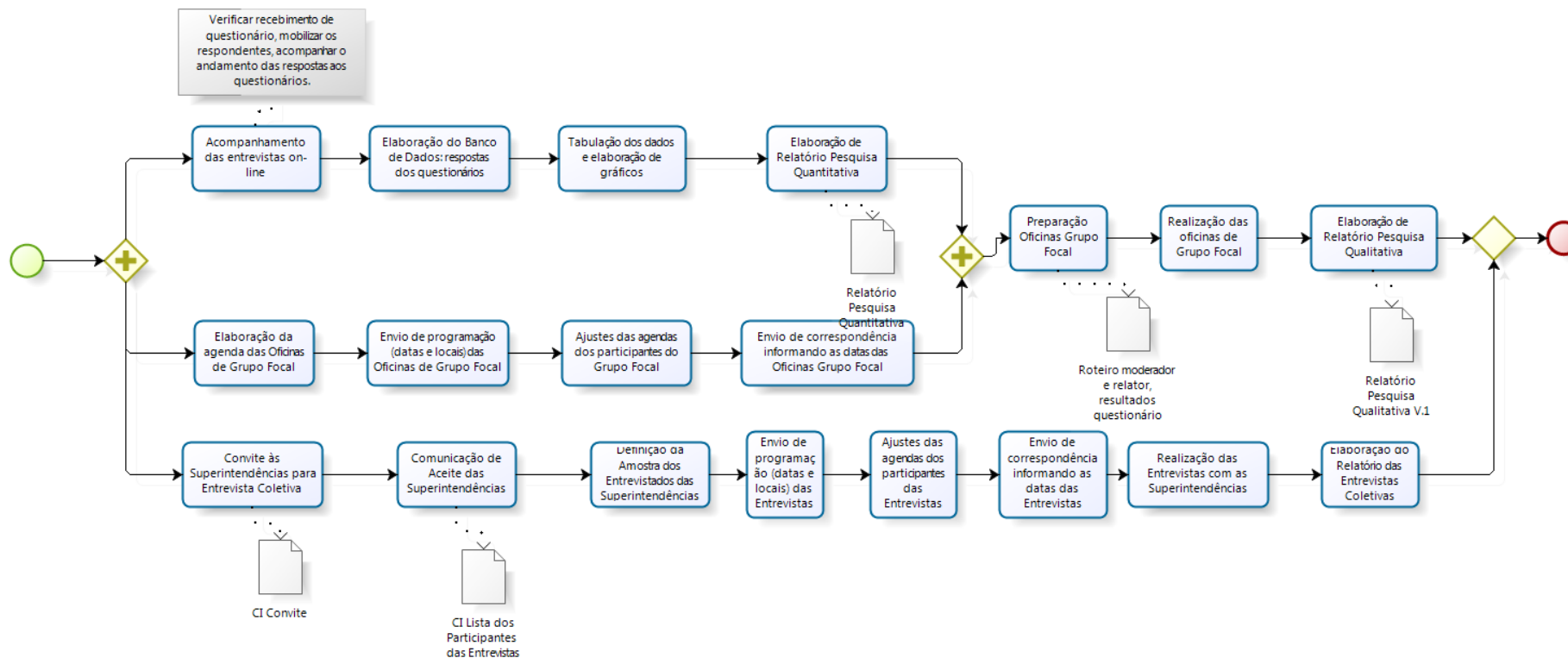
Figura 2- Fluxo de preparação da pesquisa de campo



Fonte- Seplan (2012)

APÊNDICE F – FLUXO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Figura 3- Fluxo de realização da pesquisa de campo



APÊNDICE G – SUMÁRIO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INICIAL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	
1 INTRODUÇÃO.....	
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	
2.1 DESCRIÇÃO DA PESQUISA.....	
2.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	
2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	
2.4 DEVOLUÇÃO DOS RESULTADOS.....	
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DA PESQUISA DE CAMPO.....	
3.1 PERFIL DOS RESPONDENTES.....	
3.2 ANÁLISE CRUZADA: APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO E REGISTROS DO GRUPO FOCAL.....	
3.2.1 Concepção do Programa.....	
3.2.1.1 Origem do Programa.....	
3.2.1.2 Objetivo geral do Programa.....	
3.2.1.3 Incorporação de sugestões dos atores afetados pela política.....	
3.2.1.4 Clareza sobre os resultados esperados do Programa.....	
3.2.1.5 Exequibilidade das metas do Programa.....	
3.2.1.6 Critérios utilizados para a territorialização das metas.....	
3.2.1.7 Coerência e encadeamento lógico entre ementa, enfoques estratégicos, compromissos e entregas do Programa.....	
3.2.1.8 Desdobramento do Programa em ações orçamentárias e entregas consistentes.....	
3.2.1.9 Relação entre o Programa e outras iniciativas em curso no estado.....	
3.2.2 Planejamento do Programa.....	
3.2.2.1 Ferramenta de planejamento utilizada para a formulação do Programa.....	
3.2.2.2 Alinhamento da estratégia de governo de médio e longo prazo com o Programa de Governo.....	
3.2.2.3 Aderência das ações previstas para o Programa com o Plano Estratégico (PE) do órgão/entidade.....	
3.2.2.4 Consideração das condições externas (riscos).....	
3.2.2.5 Público-alvo do Programa.....	
3.2.2.6 Clareza dos critérios para alocação dos recursos financeiros.....	
3.2.2.7 Suficiência dos recursos para a resolução de situação-problema, oportunidade e/ou demanda social que deram origem ao Programa.....	
3.2.2.8 Suficiência dos recursos alocados para o atingimento das metas dos compromissos.....	
3.2.2.9 Avaliação da estrutura para realização dos compromissos.....	
3.2.2.10 Clareza na identificação e definição das responsabilidades das unidades executoras.....	
3.2.2.11 Grau de eficácia dos procedimentos de comunicação intragovernamental adotados no Programa.....	
3.2.2.12 Alocação das equipes de trabalho de acordo com competências previamente definidas.....	
3.2.2.13 Participação de atores externos ao governo estadual na execução do Programa.....	
3.2.3 Gestão do Programa.....	
3.2.3.1 Alinhamento entre o Programa planejado no PPA 2012-2015 e as atividades de execução.....	

3.2.3.2	Avaliação de complementaridade e/ou interdependência entre os compromissos na implementação do Programa.....	
3.2.3.3	Existência de instância de gestão específica para o Programa	
3.2.3.4	Indicadores do Programa	
3.2.3.5	Acompanhamento e monitoramento do Programa	
3.2.3.6	Mecanismos utilizados para tornarem públicas as informações sobre execução e resultados e mecanismos de controle social.....	
3.2.3.7	Sugestões dos participantes para aperfeiçoamento do Programa	
4	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COLETIVAS	
5	AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DO PROGRAMA DE GOVERNO: CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO	
5.1	CONSIDERAÇÕES PARA A MATRIZ DO MARCO LÓGICO.....	
5.2	CONSIDERAÇÕES RELATIVAS À PESQUISA DE CAMPO	
5.3	CONSIDERAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTREVISTAS COLETIVAS.....	
6	PLANO DE MELHORIA.....	
6.1	QUANTO ÀS FRAGILIDADES OBSERVADAS NA CONCEPÇÃO DO PROGRAMA.....	
6.2	QUANTO ÀS FRAGILIDADES OBSERVADAS NO PLANEJAMENTO DO PROGRAMA	
6.3	QUANTO ÀS FRAGILIDADES OBSERVADAS NA GESTÃO DO PROGRAMA	
7	DEVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INICIAL: VALIDAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE AÇÃO	
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	
	REFERÊNCIAS	
	APÊNDICE A.....	
	APÊNDICE B.....	
	APÊNDICE C.....	
	APÊNDICE D.....	